RENATA RODRIGUES SILVA E LIMA

**Limites dos negócios jurídicos processuais:
Um estudo sobre o objeto das convenções atípicas**

Dissertação de Mestrado

Orientador: Prof. Associado Dr. Heitor Vitor Mendonça Sica

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo – SP

2020

RENATA RODRIGUES SILVA E LIMA

**Limites dos negócios jurídicos processuais:
Um estudo sobre o objeto das convenções atípicas**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Direito Processual, sob a orientação do Prof. Associado Dr. Heitor Vitor Mendonça Sica.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo – SP

2020

Nome: SILVA E LIMA, Renata Rodrigues.

Título: *Limites dos Negócios Jurídicos Processuais*: um estudo sobre o objeto das convenções atípicas

Dissertação apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito.

Aprovada em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Dedico este trabalho aos meus avós, Elza, José, Joana e Antônio.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Edmê e Benedito, e a toda a minha família, pelo apoio em todos os momentos.

Ao meu orientador, Heitor, pelos constantes estímulos à realização do presente trabalho.

A Deus, pela vida e pela natureza que me circunda e atende pelo nome de Mel.

RESUMO

SILVA E LIMA, Renata Rodrigues. *Limites dos negócios jurídicos processuais*: um estudo sobre o objeto das convenções atípicas. 2020. 231 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

Com o advento do Código de Processo Civil de 2015, os operadores do Direito passaram a contar com poderoso instrumento de conformação do processo e do procedimento: a cláusula geral de negociação atípica em matéria processual, constante do art. 190 do diploma. Atento a isso, o presente trabalho busca atender à necessidade de se estabelecerem os limites do objeto dos negócios jurídicos processuais atípicos, uma vez que tal dispositivo não os apresenta de forma exaustiva. Procurou-se, assim, aproveitar as compreensões alcançadas pelos civilistas, principalmente as relativas ao estudo do art. 104, II, do Código Civil, para a formulação do conteúdo das convenções processuais. Demonstramos, ainda, que, para ser lícito, o negócio jurídico processual deve satisfazer a limitações legais e constitucionais. Portanto, os convenientes não podem afetar, de forma principal e primordial, as situações jurídicas titularizadas por terceiros à convenção. Quanto às limitações constitucionais, correspondentes à efetivação do devido processo legal, destacamos que algumas garantias processuais não são, em verdade, titularizadas pelos convenientes e que as demais, por sua vez, poderão ser objeto de disciplina pelas partes.

Palavras-chave: Processo civil. Negócios jurídicos processuais. Requisitos de validade. Limites constitucionais e infraconstitucionais.

ABSTRACT

SILVA E LIMA, Renata Rodrigues. *The limits of procedural private ordering*: a study about the possible content of atypical contract procedure. 2020. 231 f. Dissertation (Master) – Law School, University of São Paulo, São Paulo, 2020.

The new Code of Civil Procedure establishes on its article 190 a general clause of contract procedure, providing case management powers to the parties. The present work then aims to explore the limits of procedural contracting set by constitutional provisions, statutes and rules. This study shows how should the lessons of private contractual law be applied to the public law scenario of litigation, particularly the article 104, II, of Brazilian Civil Code. The essay also reveals the fact that the parties can only design their own procedural rights, but not those belonging to third parties. The constitutional provisions concerning the due process of law can also be modified by both parties in aspects that only address themselves, but not when it comes to the constitutional guarantees that serve the public interest.

Keywords: Civil procedure. Contract procedure. Validity. Constitutional and statutory limits.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. PREMISSAS CONCEITUAIS	17
2. OBJETO LÍCITO, POSSÍVEL E DETERMINÁVEL.....	24
2.1 Observações iniciais	24
2.2 A licitude do objeto.....	26
2.2.1 A lei.....	27
2.2.2 Os bons costumes	31
2.2.3 A ordem pública.....	35
2.3 A possibilidade do objeto	40
2.3.1 A administração da justiça.....	43
2.4 A determinabilidade do objeto.....	53
2.4.1 Negócios anteriores ao surgimento do conflito	60
2.4.2 Negócios posteriores ao surgimento do conflito.....	67
2.4.3 Interações entre normas convencionadas e procedimento comum.....	70
3. LIMITES INFRACONSTITUCIONAIS AO OBJETO DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS: RESERVA LEGAL.....	73
3.1 Observações iniciais	73
3.2 Classificação das normas processuais	78
3.3 Normas processuais e procedimentais na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.....	94
3.4 Convenções sobre procedimento	104
3.4.1 Princípio da adequação	110
3.5 Convenções sobre situações jurídicas titularizadas pelas partes	113
3.5.1 Convenção sobre deveres	119
3.5.2 Convenção sobre faculdades	121

3.5.3	Convenção sobre ônus	122
3.5.3.1	Convenções processuais e poderes instrutórios do juiz	125
3.5.3.2	Convenções probatórias	137
3.5.4	Convenção sobre poderes	142
3.6	Convenção processual e a afetação da esfera jurídica de terceiros	145
3.7	Convenção quanto aos efeitos jurídicos	151
3.8	In dubio pro libertate	152
4.	LIMITES CONSTITUCIONAIS AO OBJETO DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS: AS GARANTIAS PROCESSUAIS NA CRFB/1988.....	158
4.1	Observações iniciais	158
4.2	Aplicação de direitos fundamentais às relações entre particulares.....	160
4.3	Da inaplicabilidade da máxima da proporcionalidade ao conflito entre autonomia privada e outros direitos fundamentais dos convenentes.....	168
4.4	As garantias processuais na CRFB/1988.....	171
4.4.1	Devido processo legal.....	173
4.4.2	Inafastabilidade do Poder Judiciário – acesso à justiça.....	175
4.4.3	Contraditório	185
4.4.4	Ampla defesa	188
4.4.5	Duplo grau de jurisdição.....	190
4.4.6	Celeridade processual	195
4.4.7	Igualdade	197
4.4.7.1	Negócios e sistema de precedentes	202
4.4.8	Publicidade	207
4.4.9	Juízo natural, competente, independente e imparcial	208
4.4.10	Vedação à prova ilícita.....	211
4.4.11	Dever de motivação das decisões judiciais.....	212
4.4.12	Coisa julgada	212
4.4.13	Assistência jurídica integral e gratuita	217

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....219

REFERÊNCIAS.....221

INTRODUÇÃO

Os negócios jurídicos processuais não são propriamente uma novidade apresentada pelo Código de Processo Civil de 2015 (CPC/2015). De fato, o Código de Processo Civil de 1973 (CPC/1973) já contava com previsões de negócios típicos, como a cláusula de eleição de foro (CPC/1973, art. 112, parágrafo único), a suspensão convencional do processo (CPC/1973, art. 265, II) ou mesmo a convenção processual em matéria probatória (CPC/1973, art. 333, parágrafo único), entre outras. Até mesmo a legislação valia-se de previsões normativas dessa natureza, como exemplifica o art. 58, IV, da Lei 8.245/1991 (Lei de Locações), no que tange, ao menos, aos atos processuais de comunicação dos contratantes.

O atual CPC/2015 não apenas manteve vários negócios jurídicos processuais típicos já conhecidos, como criou outros (o calendário processual, a alteração de prazos peremptórios, a escolha consensual do perito, o saneamento consensual etc.). Nesses casos, a própria lei prevê o regime do negócio jurídico, pelo que se constata a constituição de um tipo de negócio, dispensando-se sua regulação pelas partes.¹ Por constarem da lei os elementos e hipóteses do pacto, a regularidade da convenção típica é avaliada por meio da técnica de subsunção.²

A grande inovação do CPC/2015, entretanto, consiste na previsão de uma cláusula geral de atipicidade dos negócios processuais, conforme se observa do art. 190 do diploma. A análise do texto legal revela que, se à luz do CPC/1973 pairavam dúvidas sobre a possibilidade de, com fundamento em seu art. 158³ (atual art. 200 do CPC), celebrar negócios jurídicos processuais atípicos, o novo diploma processual encerrou tal debate.⁴

A opção legislativa pela adoção de cláusula geral, na matéria, evita a legiferação exaustiva, inclusive com a criação de procedimentos especiais, e estimula a atuação de partes e magistrados na adequação do procedimento ao direito material em disputa.

¹ YARSHELL, Flávio Luiz. Convenção das partes em matéria processual: rumo a uma nova era?. In: CABRAL, Antonio do Passo; NOGUEIRA, Pedro Henrique Pedrosa (coord.). *Negócios processuais*. Salvador: JusPodium, 2015. v. 1, p. 75-92.

² MÜLLER, Julio Guilherme. *Negócios processuais e desjudicialização da produção da prova*. São Paulo: RT, 2017. p. 91.

³ CPC/1973: “Art. 158. Os atos das partes, consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade, produzem imediatamente a constituição, a modificação ou a extinção de direitos processuais. Parágrafo único. A desistência da ação só produzirá efeito depois de homologada por sentença”.

⁴ TUCCI, Rogério Lauria. *Negócio jurídico processual*. Enciclopédia Saraiva de Direito. São Paulo: Saraiva, 1977. p. 190-192.

O CPC/2015 fortaleceu, dessa forma, o princípio do autorregramento da vontade em matéria processual. Superada a excessiva preocupação com a autonomia do direito processual, o publicismo, então reinante, passa a conviver com uma maior deferência às manifestações concertadas das partes, seja para alteração do procedimento, seja para convencionar situações jurídicas.

É certo que se, de uma parte, essa nova realidade aproxima o direito processual e o direito material, de outra, é imperioso recordar que o processo segue regido por um regime jurídico de direito público, impondo limitações àquela manifestação de vontade. O desafio lançado pela cláusula geral constante do art. 190 do CPC, portanto, é exatamente o de encontrar limites razoáveis à sua aplicação.

Apesar das vantagens que possam advir da redação aberta do dispositivo, é imperioso notar a concisão do texto legal, que não exaure os requisitos de existência, validade e eficácia do instituto, bem como deixa de indicar a correção dos negócios processuais por normas substantivas e adjetivas. Ademais, mesmo aquilo em que o dispositivo é expreso suscita vários questionamentos visando à aplicação do instituto.

Pode-se, nesse sentido, perquirir o significado da plena capacidade exigida pelo texto legal aos convenientes. A opção legislativa pela expressão “direitos que admitam auto-composição”, para indicar o substrato material sobre o qual poderão se convencionar normas processuais, provoca dúvidas, uma vez que difere da Lei de Arbitragem (Lei 9.307/1996), que limita a aplicação do procedimento arbitral a litígios relativos a direitos patrimoniais disponíveis. Além disso, o dispositivo mencionado contenta-se em dispor que o negócio poderá ter por conteúdo ou (i) “ônus, poderes, faculdades e deveres processuais” de titularidade dos convenientes ou (ii) a adequação do procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa. O texto legal também não distinguiu o tratamento da convenção em virtude de sua celebração ocorrer antes ou após o processo.

O parágrafo único do art. 190 do CPC, por sua vez, prevê que o controle judicial da validade das convenções será feito, de ofício ou a requerimento, podendo o magistrado somente recusar aplicação aos negócios jurídicos processuais nos casos de nulidade ou de inserção abusiva em contrato de adesão ou em que alguma parte se encontre em manifesta situação de vulnerabilidade. Como enunciado, o texto legal deixa de se referir, por exemplo, aos planos da existência e da eficácia, bem como à observância das normas de direito material pertinentes.

Nesse sentido, entre as várias questões suscitadas, o presente trabalho se circunscreverá aos limites impostos pelo ordenamento jurídico ao objeto do negócio jurídico processual atípico e bilateral.⁵ Utilizaremos, no desenrolar do estudo, as expressões negócio jurídico processual, convenção processual, ajuste, avença, pacto e contrato processual como sinônimas, para referirmos ao instituto disciplinado pela cláusula geral do art. 190 do CPC, porquanto se encontram consagradas entre os estudiosos do tema.⁶ Além disso, como se teve a oportunidade de esclarecer, vamos nos restringir aos negócios bilaterais atípicos, ou seja, àqueles que contaram, ao menos, com a atividade normativa de ambas as partes da relação processual.

Pressupondo-se, portanto, a existência da convenção, a investigação terá por foco a validade de seu conteúdo. É na definição do conteúdo do negócio jurídico processual que os convenientes encontrarão, evidentemente, maiores dificuldades para aplicar o dispositivo.⁷ Logo, a atipicidade advinda da ausência de uma descrição exaustiva do conteúdo permitido, mas tão somente de elementos genéricos (como normas de procedimento e situações jurídicas), exige do intérprete a construção dos elementos

⁵ Embora a doutrina também utilize a classificação dos negócios em unilaterais e bilaterais para distinguir pactos que alcançam a esfera de apenas uma das partes dos pactos que atingem ambas as esferas, a classificação, no presente trabalho, objetiva diferenciar os negócios firmados a partir de um encontro de vontades (bilaterais) daqueles em que a manifestação é de apenas um dos sujeitos (unilaterais) (CABRAL, Antonio do Passo. *Convenções processuais*. Salvador: JusPodivm, 2016. v. 1, p.49-51).

⁶ No ponto, não ignoramos a distinção que usualmente se faz entre acordos, de um lado, e contratos, do outro. Nesse sentido, Gajardoni, Dellore e Roque consignam o seguinte: “Por sua vez, os negócios jurídicos bilaterais costumam ser divididos em contratos (quando as vontades dizem respeito a interesses contrapostos) e acordos ou convenções processuais (vontades unidas para um interesse comum). Embora não seja possível negar, *a fortiori*, a existência de contratos processuais, é nas convenções ou acordos processuais que se tem solo fértil para o desenvolvimento do tema” (GAJARDONI, Fernando; DELLORE, Luiz; ROQUE, André Vasconcelos; OLIVEIRA JUNIOR, Zulmar Duarte de. *Teoria geral do processo: comentários ao CPC de 2015 – parte geral*. São Paulo: Forense, 2015. p. 632.). Entendemos, todavia, que a diferença, por vezes, é sutil e que, em ambos os casos, têm-se negócios jurídicos bilaterais, ou seja, ambos estão sujeitos à disciplina legal semelhante. Atente-se, ademais, que tanto a transação quanto o compromisso são, para o direito material brasileiro, espécies contratuais.

⁷ De fato, vários doutrinadores procuram adiantar alguns limites ao poder de disposição das partes. Nessa linha, Flávio Luiz Yarshell assevera: “Sem resolver o problema e sem qualquer pretensão de esgotamento ou de imutabilidade (pela considerável dificuldade de se tratar o tópico de forma geral, e, mais do que isso, desvinculada de determinada situação específica), parece lícito identificar limites à convenção das partes em relação ao seguinte: a) excluir ou restringir a intervenção do Ministério Público, quando ditada pela Constituição ou pela lei; b) alterar regras cuja falta de observância leva à incompetência absoluta; c) dispor sobre organização judiciária; d) dispensar as partes (mesmo que de forma bilateral) dos deveres inerentes à litigância proba e legal; e) ampliar o rol das condutas caracterizadoras de litigância de má-fé ou de atos atentatórios à dignidade da justiça; g) criar recursos não previstos em lei; h) criar hipóteses de ação rescisória ou de outras medidas tendentes a desconstituir a coisa julgada; i) dispensar o requisito do interesse processual” (YARSHELL, Flávio Luiz. *Convenção das partes em matéria processual: rumo a uma nova era?* cit., p. 84).

específicos que também devem, no caso concreto, limitar a liberdade dos convenientes.⁸ Para além das zonas de certeza na matéria, portanto, o presente trabalho buscará identificar balizas para que os interessados possam eleger com maior tranquilidade o objeto de eventual convenção processual.

Nesse sentido, impõe-se reforçar a compreensão de que o instituto ora analisado se insere no campo dos negócios jurídicos, em geral. Por tal razão, fala-se em uma correção do negócio processual por normas materiais e processuais. Assim, a breve regulação do tema pelo Código de Processo Civil não impedirá que soluções sejam encontradas no Código Civil, particularmente no que se refere aos limites e controle do exercício da liberdade negocial.

Assim, pretende-se investigar em que medida as lições do direito privado devem ser aproveitadas na formulação do conteúdo das convenções processuais, bem como identificar quais normas processuais regem o tema. Assentando nortes claros para o desenho dos negócios jurídicos processuais, espera-se estimular a aplicação do art. 190 do CPC, de forma a realizar, por meio da norma convencional, o princípio do devido processo legal.

Por tais razões, não serão abordados os casos de inserção abusiva da convenção em contrato de adesão por se entender que a invalidade, no caso, não surge do conteúdo em si da avença, mas da constatação de que: (i) suas cláusulas (materiais ou não) são rígidas e predefinidas, tendo sido impostas unilateralmente; (ii) seu conteúdo de direito processual pode vulnerar a esfera jurídica do aderente.⁹ Procura a lei, portanto, tutelar o exercício efetivo da livre manifestação da vontade pelos contratantes, e não o conteúdo em si das cláusulas de cunho processual.¹⁰

⁸ MÜLLER, Julio Guilherme. *Negócios processuais e desjudicialização da produção da prova* cit., p. 94.

⁹ FARIAS, Cristiano Chaves de; NETTO, Felipe Braga; ROSENVALD, Nelson. *Manual de direito civil*. Salvador: JusPodium, 2018. volume único, p. 1030-1031.

¹⁰ A lei dedicou especial atenção ao controle da cláusula de eleição de foro inserida, de forma abusiva, em contrato de adesão (CPC, art. 63, § 3.º). Da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, quanto ao tema, pode-se extrair que será abusiva a cláusula de eleição de foro em contrato de adesão se constatado que a parte aderente: (i) não manifestou livremente sua vontade (seja por desconhecer o impacto da disposição, seja por não poder contratar com outra parte a obtenção do bem da vida); ou (ii) sofrerá significativo prejuízo no exercício de seu direito de acesso à Justiça. *In verbis*: “[...] I – A jurisprudência desta Corte firmou a orientação de que a cláusula de eleição de foro inserida em contrato de adesão é, em princípio, válida e eficaz, salvo: a) se, no momento da celebração, a parte aderente não dispunha de inteligência suficiente para compreender o sentido e as consequências da estipulação contratual; b) se da prevalência de tal estipulação resultar inviabilidade ou especial dificuldade de acesso ao Judiciário; c) se se tratar de contrato de obrigação de adesão, assim entendido o que tenha por objeto produto ou serviço fornecido com exclusividade por determinada empresa. [...]” (REsp 379.949/PR, 4.ª Turma, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, j. 26.02.2002, DJ 15.04.2002, p. 230).

Outrossim, não se abordará a análise da plena capacidade dos convenientes ou mesmo do conceito de manifesta vulnerabilidade que causa a nulidade do pacto, por serem temas afetos aos elementos subjetivos do negócio jurídico processual.¹¹

Também não se debruçará sobre o que se deva entender por “direito material que admite autocomposição” para que seja aplicável o negócio processual, uma vez que o presente trabalho objetiva identificar os limites ao objeto do negócio jurídico processual que independam da relação jurídica de direito material específica que guarda relação com a convenção.¹²

Por outro lado, o estudo abará: (i) os limites à mudança de procedimento para adequação às especificidades da causa; (ii) os limites à criação, modificação e extinção de situações jurídicas titularizadas pelos convenientes. Naturalmente, será necessário perquirir quais limites são extraíveis do princípio do devido processo legal, bem como verificar a serventia de balizas tradicionalmente apontadas pela doutrina, tais como: interesse público, bons costumes, ordem pública processual, normas cogentes etc.

Procurando, ainda, aproximar a análise teórica ínsita à investigação do tema aos desafios de ordem prática a serem enfrentados pelos operadores do Direito, opta-se por apresentar e explorar, ao longo do trabalho e a título de exemplo, alguns negócios jurídicos processuais atípicos. Serão examinadas as aplicações do instituto próprias ao processo individual, não abrangendo as aplicações ao processo objetivo, ao processo coletivo e aos processos de jurisdição voluntária.

Nessa esteira, serão estudadas, entre outras espécies, convenções processuais para estender prazos processuais, desjudicializar a produção de prova, ampliar as hipóteses de intervenção de terceiros, dispensar assistentes técnicos, estipular mediação ou conciliação

¹¹ Nesse sentido, Marcos Bernardes Mello esclarece que todo fato jurídico (como é o negócio jurídico processual) guarda referibilidade com um sujeito de direito, ainda que a norma jurídica omita esse sujeito. São elementos subjetivos do fato jurídico, ademais, o sujeito de direito e também sua qualificação, como sua capacidade, sua condição de consumidor, de contribuinte e, para o que aqui interessa, de vulnerável (MELLO, Marcos Bernardes. *Teoria do fato jurídico: plano da existência*. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 52-53 e 57-58).

¹² No julgamento da SE 5.206-AgR, o Ministro Nelson Jobim assentou, a respeito da Lei de Arbitragem, que a natureza dispositiva do conflito só se pode verificar no momento em que surge o conflito, e não no momento em que a cláusula compromissória é ajustada. Se o litígio, surgido após a celebração da cláusula compromissória, for indisponível, será o caso de ineficácia do ajuste especificamente em relação a esse direito indisponível. O jurista ainda apresenta um exemplo: a superveniente perda de capacidade plena de um dos contratantes, a justificar a ineficácia (e não a invalidade) da cláusula compromissória. Conquanto o raciocínio tenha sido feito à luz da Lei 9.307/1996, que se circunscreve aos direitos patrimoniais disponíveis, entende-se que possa ser aproveitado aos negócios jurídicos processuais a que se refere o art. 190 do CPC.

extrajudicial prévia obrigatória, excluir medidas executivas, ratear despesas processuais e alterar as formas de comunicação dos atos processuais, bem como o pacto de *non petendo*.

As hipóteses ora mencionadas foram selecionadas de modo a atingir, simultaneamente, dois objetivos: (i) apresentar negócios que exemplifiquem cada caso autorizado pelo art. 190 do CPC, ou seja, que se refiram à criação, modificação e extinção de ônus, deveres, poderes e faculdades ou à alteração de normas procedimentais; (ii) apresentar pactos que revelem, presumivelmente, maior utilidade prática.

A fim de identificar os limites impostos ao conteúdo do negócio jurídico processual, o presente trabalho inicia-se com a apresentação das premissas teóricas necessárias que indicam a perspectiva de enfrentamento do tema. Nesse sentido, no Capítulo 1, serão adotadas posições quanto à teoria do fato jurídico e suas implicações em matéria processual. Também serão apresentados o conceito de convenção processual e sua disciplina legal no ordenamento jurídico brasileiro, enfatizando a correção de normas processuais e materiais.

Na sequência, o Capítulo 2 se ocupará de apresentar as compreensões alcançadas pelos civilistas a respeito dos limites do conteúdo do negócio jurídico, bem como seu aproveitamento para o tratamento das convenções processuais. Dessa forma, será possível entender que sentido adquirem, na seara processual, as exigências de licitude, possibilidade e determinabilidade do objeto impostas pelo Código Civil (CC, art. 104, II), para a validade do negócio jurídico.

No Capítulo 3, por sua vez, pretende-se identificar as matérias infensas à disposição das partes, consistentes nas normas processuais submetidas à reserva legal pelo constituinte e que se excluiu do alcance do art. 190 do CPC.

O Capítulo 4 terá por objetivo apresentar balizas para a observância das garantias constitucionais do processo, conformadas pelo princípio da autonomia privada dos convenientes. Será estudada, portanto, a possibilidade de convenção que afete os principais institutos e princípios que concretizam o direito a um processo justo, tais como: os princípios do contraditório e da ampla defesa; a garantia do juiz natural, independente e imparcial; o princípio da publicidade; o princípio da celeridade processual; a vedação à prova ilícita; a inafastabilidade do Poder Judiciário; a assistência jurídica e judiciária gratuita; o dever de motivação das decisões judiciais; a garantia do duplo grau de jurisdição; o princípio da igualdade etc.

Por fim, a conclusão sintetizará os resultados alcançados no trabalho e permitirá uma prognose da implementação das convenções processuais na prática advocatícia. Pretende-se, assim, contribuir para o aprimoramento do uso do instituto e para o fomento da segurança jurídica de tais negociações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A positivação da cláusula geral de negócios jurídicos processuais (CPC, art. 190) inaugura um novo momento na relação jurídica processual, redistribuindo os poderes entre as partes e o Estado-Juiz. O instituto prestigia a pacificação social, fim maior do processo civil, e reforça a liberdade dos cidadãos em face do Estado, pois é o ente estatal que deve servir aos jurisdicionados, e não o contrário.¹⁰⁰⁹ A liberdade dos sujeitos, portanto, não se encerra na gestão de seus direitos materiais, mas também abarca a possibilidade de convenção em matéria de processo e procedimento.¹⁰¹⁰

Quando se afirma que a positivação de uma cláusula geral de negócios processuais representa uma quebra de paradigma, de fato, não é em vão, pois o êxito da flexibilização procedimental pelas partes não depende simplesmente da produção legislativa, mas também da mudança cultural na mentalidade dos operadores do Direito. Como constatou Paula Costa e Silva, o jurista, já habituado a atuar conforme a norma legal, reagirá à flexibilização procedimental, apontando o risco da surpresa ou até de erros da decisão.¹⁰¹¹ Tamanha costuma a ser a reação ao novo que, enfim, tenderá até “a interpretar as novas soluções de modo a nelas encontrar aquilo que sempre conheceu”.¹⁰¹²

Atento a essa resistência, o presente trabalho teve por objetivo contribuir para a construção de balizas mais claras na definição do objeto que pode ser convencionado, procurando prestigiar o instrumento posto à disposição das partes. Tal linha de ideias não ignora a necessidade de uma atuação firme do Poder Judiciário no sentido de frear a conduta ímproba de eventuais convenientes. Deve fazê-lo e está munido de ferramentas para tanto. Até mesmo a inadmissibilidade do objeto convencional sempre pode ser reconhecida por decisão judicial. O que não podemos admitir, em verdade, é que o tolhimento da liberdade processual das partes se dê com fundamento em conceitos indeterminados, princípios simplesmente enumerados e outros subterfúgios vagos, imprecisos e igualmente etéreos, em franca violação à cláusula geral de negociação processual atípica.

¹⁰⁰⁹ OLIVEIRA, Paulo Mendes de. *Segurança jurídica e processo: da rigidez à flexibilização processual* cit., p. 156.

¹⁰¹⁰ Idem, p. 254.

¹⁰¹¹ COSTA E SILVA, Paula. Legalidade das formas de processo e gestão processual ou as duas faces de Janus cit.

¹⁰¹² Idem, *ibidem*.

O CPC/2015, com o amplo fortalecimento do contraditório, conferiu aos sujeitos processuais ambiente propício a que, dispondo-se, construam juntos uma experiência processual francamente adequada a suas necessidades. Nesse sentido, inclusive, é a constatação de que o diploma optou por prestigiar a flexibilidade procedimental voluntária àquela promovida unilateralmente pelo magistrado.

Assim, o presente trabalho junta-se a outros tantos já elaborados e por produzir, para atender ao escopo de proporcionar maior segurança aos operadores do Direito na formulação do conteúdo negocial a que alude o art. 190 do CPC. Partimos da compreensão de que se fazia necessário apresentar o que significa, no âmbito processual, a licitude, a possibilidade e a determinabilidade do objeto do negócio. Procuramos também demonstrar que as garantias processuais previstas na Carta Magna merecem tratamento diferente daquele mais difundido na doutrina, para que não seja aniquilada a liberdade. Esperamos, assim, contribuir para novas reflexões sobre o tema.

REFERÊNCIAS

ABDO, Helena Najjar. *O abuso do processo*. São Paulo: RT, 2007.

ABREU, Rafael Sirangelo de. A igualdade e os negócios processuais. In: CABRAL, Antonio do Passo; NOGUEIRA, Pedro Henrique Pedrosa (coord.). *Negócios processuais*. Salvador: JusPodium, 2015. v. 1.

ADAMY, Pedro. Renúncia a direitos fundamentais. Disponível em: https://www.academia.edu/6597086/Ren%C3%Bancia_a_Direito_Fundamental. Acesso em: dez. 2019.

ALEXY, Robert. *Teoria dos direitos fundamentais*. Tradução Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros, 2017.

ALVIM, José Eduardo Carreira. *Tratado geral da arbitragem*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2000.

ANDRADE, Manuel de A. Domingues de. *Teoria geral da relação jurídica: facto jurídico, em especial negócio jurídico*. Coimbra: Almedina, 2003. v. II.

APRIGLIANO, Ricardo de Carvalho. *Ordem pública e processo: o tratamento das questões de ordem pública no direito processual*. São Paulo: Atlas, 2011.

ARAÚJO, Nádia de. *Direito internacional privado: teoria e prática brasileira*. Porto Alegre: Revolução eBook, 2016.

ÁVILA, Humberto. O que é “devido processo legal”? *Revista de Processo*, São Paulo, ano 33, v. 163, p. 50-59, set. 2008.

ÁVILA, Humberto. *Teoria dos princípios: da definição à aplicação os princípios jurídicos*. São Paulo: Malheiros, 2019.

AZEVEDO, Antônio Junqueira de. *Negócio jurídico: existência, validade e eficácia*. São Paulo: Saraiva, 2002.

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. Convenções das partes sobre matéria processual. In: BARBOSA MOREIRA, José Carlos. *Temas de direito processual civil*. Terceira série. São Paulo: Saraiva, 1984.

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. O neoprivatismo no processo civil. In: BARBOSA MOREIRA, José Carlos. *Temas de direito processual civil*. Nona série. São Paulo: Saraiva, 2007.

BARREIROS, Lorena Miranda Santos. *Convenções processuais e poder público*. 2016. Tese (Doutorado) – Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

BASSO, Maristela. *Curso de direito internacional privado*. São Paulo: Atlas, 2011.

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. *Efetividade do processo e técnica processual*. São Paulo: Malheiros, 2005.

BERALDO, Maria Carolina Silveira. *Processo e procedimento à luz da Constituição Federal de 1988: normas processuais e procedimentais civis*. 2015. Tese (Doutorado) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

BERTÃO, Rafael Calheiros. *Limites às convenções processuais*. 2018. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

BOCALON, João Paulo. *Os negócios jurídicos processuais no novo Código de Processo Civil brasileiro*. 2016. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

BOMFIM, Daniela Santos. A legitimidade extraordinária de origem negocial. In: CABRAL, Antonio do Passo; NOGUEIRA, Pedro Henrique Pedrosa (coord.). *Negócios processuais*. Salvador: JusPodium, 2015. v. 1.

BORGO, Maria Celia Nogueira Pinto e. *Convenções processuais em matéria de prova: interações do autorregramento da vontade das partes e dos poderes instrutórios do juiz no contexto do processo civil democrático*. 2019. Tese (Doutorado) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

BRAGA, Paula Sarno. *Norma de processo e norma de procedimento: o problema da repartição de competência legislativa no direito constitucional brasileiro*. 2015. Tese (Doutorado) – Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

BRAGA, Paula Sarno. Primeiras reflexões sobre a uma teoria do fato jurídico processual – Plano de existência. Disponível em: https://www.unifacs.br/revistajuridica/arquivo/edicao_maio2008/docente/doc2.doc. Acesso em: jun. 2019.

BUCHMANN, Adriana. *Limites objetivos ao negócio processual atípico*. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BUERES, Alberto J. *Objeto del negocio jurídico*. Buenos Aires: Hammurabi, 1998.

CABRAL, Antonio do Passo. *Convenções processuais*. Salvador: JusPodivm, 2016. v. 1.

CABRAL, Antonio do Passo. Convenções sobre os custos da litigância (I): admissibilidade, objeto e limites. *Revista de Processo*, São Paulo, ano 43, v. 276, p. 61-90, fev. 2018.

CABRAL, Antonio do Passo. O contraditório como dever e a boa-fé processual objetiva. Disponível em: <https://edisdisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=2510131>. Acesso em: dez. 2019.

CABRAL, Antonio do Passo. Teoria das nulidades processuais no direito contemporâneo. *Revista de Processo*, São Paulo, ano 41, v. 255, p. 117-140, maio 2016.

CABRAL, Trícia Navarro Xavier. *Limites da liberdade processual*. Indaiatuba: Foco, 2019.

CABRAL, Trícia Navarro Xavier. *Ordem pública processual*. Brasília: Gazeta Jurídica, 2015.

CADIET, Loïc. La qualification juridique des accords processuels. In: CABRAL, Antonio do Passo; NOGUEIRA, Pedro Henrique Pedrosa (coord.). *Negócios processuais*. Salvador: JusPodium, 2015. v. 1.

CÂMARA, Helder Moroni. *Negócios jurídicos processuais: condições, elementos e limites*. São Paulo: Almedina, 2018.

CAMBI, Eduardo; NEVES, Aline Regina das. Flexibilização procedimental no novo Código de Processo Civil. *Revista de Processo*, São Paulo, ano 16, v. 64, p. 219-259, out./dez. 2015.

CAPONI, Remo. Autonomia privata e processo civile: gli accordi processuali. In: CABRAL, Antonio do Passo; NOGUEIRA, Pedro Henrique Pedrosa (coord.). *Negócios processuais*. Salvador: JusPodium, 2015. v. 1.

CARMONA, Carlos Alberto. *Arbitragem e processo: um comentário à Lei n.º 9.307/96*. São Paulo: Atlas, 2009.

CARMONA, Carlos Alberto. O processo arbitral. Disponível em: https://edisdisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1963885/mod_resource/content/1/Artigo%20CAC%20-%20O%20Processo%20Arbitral.pdf. Acesso em: dez. 2019.

CARRADITA, André Luís Santoro. *Abuso de situações jurídicas processuais no Código de Processo Civil*. 2013. Dissertação (Mestrado em Direito Processual) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

CERQUEIRA, Társis Silva de. A nova face do procedimento comum do novo Código de Processo Civil diante dos procedimentos especiais: uma proposta de interpretação do art. 327, § 2.º, em combinação com o art. 1.049, parágrafo único, ambos do CPC. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 42, n. 273, p. 95-145, nov. 2017.

CHIZZINI, Augusto. Konventionalprozess e poteri delle parti. *Rivista di Diritto Processuale*, Milano, v. LXX, II Serie, p. 45-60, 2015.

CINTRA, Antônio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. *Teoria geral do processo*. São Paulo: Malheiros, 2015.

COSTA, Adriano Soares da. Distinção entre ato jurídico *stricto sensu* e negócio jurídico unilateral. Disponível em: https://www.academia.edu/21568985/Distin%C3%A7%C3%A3o_entre_ato_jur%C3%ADdico_stricto_sensu_e_neg%C3%B3cio_jur%C3%ADdico_unilateral. Acesso em: jun. 2019.

COSTA, Adriano Soares da. Para uma teoria dos fatos jurídicos processuais. *Revista de Processo*, São Paulo, ano 42, v. 270, p. 19-56, ago. 2017.

COSTA E SILVA, Paula. *Acto e processo*: regressando ao dogma da irrelevância da vontade na interpretação e nos vícios do acto postulativo. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019.

COSTA E SILVA, Paula. Legalidade das formas de processo e gestão processual ou as duas faces de Janus. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/242924/000929312.pdf?sequence=3>. Acesso em: nov. 2019.

COSTA E SILVA, Paula. *Pactum de non petendo*: exclusão convencional do direito de acção e exclusão convencional da pretensão material. In: CABRAL, Antonio do Passo; NOGUEIRA, Pedro Henrique Pedrosa (coord.). *Negócios processuais*. Salvador: JusPodium, 2015, v. 1.

COSTA, Marília Siqueira da. *Convenções processuais sobre intervenção de terceiros*. Salvador: JusPodium, 2018.

CRUZ E TUCCI, José Rogério. Natureza e objeto das convenções processuais. In: CABRAL, Antonio do Passo; NOGUEIRA, Pedro Henrique Pedrosa (coord.). *Negócios processuais*. Salvador: JusPodium, 2015. v. 1.

CRUZ E TUCCI, José Rogério. Novo CPC traz mudanças na arbitragem, conciliação e mediação. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2015-dez-08/paradoxo-corte-cpc-traz-mudancas-arbitragem-conciliacao-mediacao#_ftn1. Acesso em: dez. 2019.

CUNHA, Leonardo Carneiro da. Negócios jurídicos processuais no processo civil brasileiro. In: CABRAL, Antonio do Passo; NOGUEIRA, Pedro Henrique Pedrosa (coord.). *Negócios processuais*. Salvador: JusPodium, 2015. v. 1.

DALL'OLIO, Gustavo. *Competência legislativa em matéria de processo e procedimento*. 2010. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

DAVIS, Kevin E.; HERSHKOFF, Helen. Contracting for procedure. In: CABRAL, Antonio do Passo; NOGUEIRA, Pedro Henrique Pedrosa (coord.). *Negócios processuais*. Salvador: JusPodium, 2015. v. 1.

DIDIER JR., Fredie. *Curso de direito processual civil: introdução ao direito processual civil, parte geral e processo de conhecimento*. Salvador: JusPodivm, 2015. v. 1.

DIDIER JR., Fredie. Fonte normativa da legitimação extraordinária no novo Código de Processo Civil: a legitimação extraordinária de origem negocial. *Revista de Processo*, São Paulo, ano 39, v. 232, p. 69-76, jun. 2014.

DIDIER JR., Fredie. O direito de ação como complexo de situações jurídicas. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 210, 2012. Disponível em: http://www.frediedidier.com.br/wp-content/uploads/2012/09/odireitodeacaocomocomplexo_desituacoesjuridicas%C2%B9.pdf. Acesso em: dez. 2019.

DIDIER JR., Fredie. Os três modelos de direito processual: inquisitivo, dispositivo e cooperativo. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 198, p. 213-225, 2011.

DIDIER JR., Fredie. Sobre dois importantes, e esquecidos, princípios do processo: adequação e adaptabilidade do procedimento. Disponível em: http://www.abdpc.org.br/abdpc/artigos/Fredie%20Didier_3_-%20formatado.pdf. Acesso em: 18 set. 2019.

DIDIER JR., Fredie; BRAGA, Paula Sarno; OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. *Curso de direito processual civil: teoria da prova, direito probatório, ações probatórias, decisão, precedente, coisa julgada e antecipação dos efeitos da tutela*. Salvador: JusPodivm, 2015. v. 2.

DIDIER JR., Fredie; CABRAL, Antonio do Passo. Negócios jurídicos processuais atípicos e execução. Disponível em: https://www.academia.edu/35787589/NEG%C3%93CIOS_JUR%C3%8DDICOS_PROCESSUAIS_AT%C3%8DPICOS_E_EXECUCU%C3%87%C3%83O. Acesso em: dez. 2019.

DIDIER JR., Fredie; LIPIANI, Júlia; ARAGÃO, Leandro Santos. Negócios jurídicos processuais em contratos empresariais. Disponível em: https://www.academia.edu/36445976/NEG%C3%93CIOS_JUR%C3%8DDICOS_PROCESSUAIS_EM_CONTRATOS_EMPRESARIAIS. Acesso em: dez. 2019.

DINAMARCO, Cândido Rangel. *Fundamentos do processo civil moderno*. 5. ed. São Paulo: Malheiros, 2000. t. II.

DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de direito processual civil I*. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

DINAMARCO, Cândido Rangel; LOPES, Bruno Vasconcelos Carrilho. *Teoria geral do novo processo civil*. São Paulo: Malheiros, 2016.

DI SPIRITO, Marco Paulo Denucci. O negócio jurídico processual: um novo capítulo no direito das garantias – o exemplo da propriedade fiduciária. *Revista de Direito Privado*, São Paulo, v. 67, p. 129-186, 2016.

EZEQUIEL, Caroline Dal Poz. *Negócio jurídico processual*. 2017. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

FABRÍCIO, Adroaldo Furtado. Justificação teórica dos procedimentos especiais. Disponível em: [http://www.abdpc.org.br/abdpc/artigos/Adroaldo%20Furtado%20Fabr%C3%ADcio\(3\).formatado.pdf](http://www.abdpc.org.br/abdpc/artigos/Adroaldo%20Furtado%20Fabr%C3%ADcio(3).formatado.pdf). Acesso em: 18 set. 2019.

FARIAS, Cristiano Chaves de; NETTO, Felipe Braga; ROSENVALD, Nelson. *Manual de direito civil*. Salvador: JusPodium, 2018. volume único.

FERRARI NETO, Luiz Antonio. *Limites objetivos e subjetivos à celebração de negócios jurídicos processuais bilaterais no Novo Código de Processo Civil brasileiro e seu controle judicial: tentativa de sistematização*. 2016. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

GABARDO, Rodrigo Araújo. *A insuficiência de recursos financeiros na instauração da arbitragem comercial: efeitos no direito brasileiro a partir de uma perspectiva comparada*. 2014. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

GAJARDONI, Fernando da Fonseca. *Flexibilidade procedimental* (um novo enfoque para o estudo do procedimento em matéria processual). 2007. Tese (Doutorado) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

GAJARDONI, Fernando; DELLORE, Luiz; ROQUE, André Vasconcelos; OLIVEIRA JUNIOR, Zulmar Duarte de. *Teoria geral do processo: comentários ao CPC de 2015 – parte geral*. São Paulo: Forense, 2015.

GIUSSANI, Andrea. Autonomia privada e presupposti processuali: note per un inventario. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 37, n. 211, p. 103-111, set. 2012.

GODINHO, Robson Renault. A possibilidade de negócios jurídicos processuais atípicos em matéria probatória. In: CABRAL, Antonio do Passo; NOGUEIRA, Pedro Henrique Pedrosa (coord.). *Negócios processuais*. Salvador: JusPodium, 2015. v. 1.

GOÉS, Gisele. *Proposta de sistematização das questões de ordem pública processual e substancial*. 2007. Tese (Doutorado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

GRAU, Eros Roberto. Notas sobre a distinção entre obrigação, dever e ônus. *RFDUSP*, São Paulo, v. 77, p. 177-183, 1982.

GRECO, Leonardo. Os atos de disposição processual – primeiras reflexões. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/redp/article/view/23657>. Acesso em: dez. 2019.

GRECO, Leonardo. Publicismo e privatismo no processo civil. *Revista de Processo*, São Paulo, ano 33, v. 164, p. 29-56, out. 2008.

GRINOVER, Ada Pellegrini. *Ensaio sobre a processualidade*. Brasília: Gazeta Jurídica, 2016.

KERN, Christoph A. Procedural contracts in Germany. In: CABRAL, Antonio do Passo; NOGUEIRA, Pedro Henrique Pedrosa (coord.). *Negócios processuais*. Salvador: JusPodium, 2015. v. 1.

LACRETA, Isabela. Aspectos contratuais da cláusula compromissória. *Revista de Direito Empresarial*, São Paulo, v. 4, n. 20, p. 243-276, nov. 2016.

LAMAS, Natália Mizrahi. Introdução e princípios aplicáveis à arbitragem. In: LEVY, Daniel; PEREIRA, Guilherme Setoguti J. (coord.). *Curso de arbitragem*. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2018.

LIPIANI, Júlia; COSTA, Marília Siqueira da. Negócios jurídicos processuais sobre mediação e conciliação. Disponível em: https://www.academia.edu/23817357/Neg%C3%B3cios_jur%C3%ADdicos_processuais_sobre_media%C3%A7%C3%A3o_e_concilia%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: dez. 2019.

LIPIANI, Júlia; COSTA, Marília Siqueira da. Negócios processuais sobre a fase recursal. In: CABRAL, Antonio do Passo; NOGUEIRA, Pedro Henrique Pedrosa (coord.). *Negócios processuais*. Salvador: JusPodium, 2015. v. 1.

LUCCA, Rodrigo Ramina de. *Disponibilidade processual: a liberdade das partes no processo*. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019.

LUCON, Paulo Henrique dos Santos. Flexibilidade procedimental no quadro da tutela jurisdicional diferenciada. In: COSTA, Eduardo José da Fonseca; PEREIRA, Mateus Costa; GOUVEIA FILHO, Roberto P. Campos (org.). *Tutela provisória*. Salvador: JusPodivm, 2016.

MARINO, Francisco Paulo de Crescenzo. *Interpretação do negócio jurídico*. São Paulo: Saraiva, 2011.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. *Procedimentos especiais*. São Paulo: RT, 2009.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. *Novo curso de processo civil: teoria do processo civil*. 2. ed. São Paulo: Thomson Reuters, 2016. v. 1.

MARTEL, Letícia de Campos Velho. *Direitos fundamentais indisponíveis: os limites e os padrões do consentimento para a autolimitação do direito fundamental à vida*. 2010. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

MELLO, Marcos Bernardes. *Teoria do fato jurídico: plano da existência*. São Paulo: Saraiva, 2010.

MELLO, Marcos Bernardes. *Teoria do fato jurídico: plano da eficácia – 1.^a parte*. São Paulo: Saraiva, 2011.

MELLO, Marcos Bernardes. *Teoria do fato jurídico: plano da validade*. São Paulo: Saraiva, 2013.

MENEZES DE CORDEIRO, António. *Tratado de direito civil português I*. Coimbra: Almedina, 2005. t. I.

MIRANDA, Daniel Gomes de. Sobre o afastamento negocial da *perpetuatio jurisdictionis*, ou sobre a convenção de eleição de foro incidental. In: CABRAL, Antonio do Passo; NOGUEIRA, Pedro Henrique Pedrosa (coord.). *Negócios processuais*. Salvador: JusPodium, 2015. v. 1.

MITIDIERO, Daniel F.; MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. *Código de Processo Civil comentado*. 4. ed. São Paulo: Thomson Reuters, 2018.

MOFFITT, Michael L. Customized litigation: the case for making civil procedure negotiable. *George Washington Law Review*, v. 75, 2007. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=888221. Acesso em: dez. 2019.

MONTORO, Marcos André Franco. *Flexibilidade do procedimento arbitral*. 2010. Tese (Doutorado) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MÜLLER, Julio Guilherme. *Negócios processuais e desjudicialização da produção da prova*. São Paulo: RT, 2017.

NOGUEIRA, Pedro Henrique Pedrosa. Comentários a enunciados – Capítulo I. In: PEIXOTO, Ravi (org.). *Enunciados FPPC comentados*. 2. ed. Salvador: JusPodivm, 2019. v. 1.

NOGUEIRA, Pedro Henrique Pedrosa. Dos atos processuais (arts. 188 a 192). In: WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; DIDIER JR., Fredie; TALAMINI, Eduardo; DANTAS, Bruno (org.). *Breves comentários ao novo Código de Processo Civil*. São Paulo: RT, 2015. v. 1.

NOGUEIRA, Pedro Henrique Pedrosa. *Negócios jurídicos processuais*. 2. ed. rev., ampl. e atual. Salvador: JusPodivm, 2016.

NOGUEIRA, Pedro Henrique Pedrosa. Situações jurídicas processuais. In: DIDIER JR., Fredie (org.). *Teoria do processo: panorama doutrinário mundial – 2.^a série*. Salvador: Juspodivm, 2010. v. 1.

NOVA, Giorgio de. Accordi delle parti e decisione. *Rivista Trimestrale di Diritto e Procedura Civile*, Milano. v. 62, n. 3, p. 59-68, sett. 2008.

OLIVEIRA, Paulo Mendes de. Negócios processuais e o duplo grau de jurisdição. In: CABRAL, Antonio do Passo; NOGUEIRA, Pedro Henrique Pedrosa (coord.). *Negócios processuais*. Salvador: JusPodium, 2015. v. 1.

OLIVEIRA, Paulo Mendes de. *Segurança jurídica e processo: da rigidez à flexibilização processual*. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2018.

OLIVEIRA, Pedro Miranda de. A flexibilização do procedimento e a viabilidade do recurso extraordinário *per saltum* no novo CPC. *Revista Dialética*, São Paulo, v. 152, p. 48-59, nov. 2015.

PEREIRA, Guilherme Setoguti J. Procedimento I. In: LEVY, Daniel; PEREIRA, Guilherme Setoguti J. (coord.). *Curso de arbitragem*. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2018.

PEREIRA, Lara Dourado Mapurunga. *Negócios jurídicos processuais sobre presunções*. Salvador: JusPodivm, 2020.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Tratado de direito privado*. Atualizado por Marcos Bernardes de Mello e Marcos Ehrhardt Jr. São Paulo: RT, 2012. t. IV.

PRÖGLHÖF, Pedro Fernandes. *A vontade e o ato postulatório civil: uma investigação sobre a interpretação dos atos postulatórios civis*. 2017. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

RAMOS, André de Carvalho; GRAMSTRUP, Erick Frederico. *Comentários à Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro – LINDB*. São Paulo: Saraiva, 2016.

RAVAGNANI, Giovani dos Santos. *Convenções processuais em matéria probatória no direito processual civil*. 2019. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

REDONDO, Bruno Garcia. *Negócios jurídicos processuais atípicos no direito processual civil brasileiro: existência, validade e eficácia*. 2019. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2019, São Paulo.

REYNOL, Thais Schiavoni Guarnieri Silva. *Cláusulas arbitrais patológicas e cuidados na redação de cláusulas compromissórias*. 2017. Dissertação (Mestrado) – Fundação Getúlio Vargas (Escola de Direito de São Paulo), São Paulo, 2017.

SANTOS, Ricardo Soares Stersi dos. Sobre a cláusula compromissória cheia. *Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos*, Bauru, v. 41, n. 47, p. 267-295, jan./jun. 2007.

SARMENTO, Daniel. *Direitos fundamentais e relações privadas*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

SCAVONE JUNIOR, Luiz Antonio. *Manual de arbitragem*. São Paulo: RT, 2008.

SICA, Heitor Vitor Mendonça. Comentários aos arts. 188 a 202 do CPC/2015. In: BUENO, Cassio Scarpinella (org.). *Comentários ao Código de Processo Civil*. São Paulo: Saraiva Jur, 2017. v. 1.

SICA, Heitor Vitor Mendonça. *Comentários ao Código de Processo Civil*: arts. 674 a 718. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2018. v. X.

SICA, Heitor Vitor Mendonça. *Comentários ao Código de Processo Civil*: da comunicação dos atos processuais até do valor da causa – arts. 236 a 293. Coordenação de José Roberto Ferreira Gouvêa, Luís Guilherme Aidar Bondioli, João Francisco Naves da Fonseca. São Paulo: Saraiva, 2019. v. V.

SICA, Heitor Vitor Mendonça. Contribuição ao estudo da teoria das nulidades: comparação entre o sistema de invalidades no Código Civil e no direito processual civil. In: BUENO, Cassio Scarpinella (coord.). *Impactos processuais do direito civil*. São Paulo: Saraiva, 2008.

SICA, Heitor Vitor Mendonça. *Preclusão processual civil*. São Paulo: Atlas, 2006.

SICA, Heitor Vitor Mendonça. Reflexões em torno da teoria geral dos procedimentos especiais. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 37, p. 61-89, jun. 2012.

SICA, Heitor Vitor Mendonça. Velhos e novos institutos fundamentais do direito processual civil. In: ZUFELATO, Camilo; YARSHELL, Flávio Luiz (org.). *40 anos da teoria geral do processo no Brasil*: passado, presente e futuro. São Paulo: Malheiros, 2013.

SILVA, Beclaute Oliveira. Verdade como objeto do negócio jurídico processual. In: CABRAL, Antonio do Passo; NOGUEIRA, Pedro Henrique Pedrosa (coord.). *Negócios processuais*. Salvador: JusPodium, 2015. v. 1.

SILVA, Virgílio Afonso da. *A constitucionalização do direito*: os direitos fundamentais na relação entre particulares. São Paulo: Malheiros, 2005.

SILVA, Virgílio Afonso da. Direitos fundamentais e relações entre particulares. *Revista Direito GV*, v. 1, p.173-180, 2005.

SILVA, Virgílio Afonso da. O conteúdo essencial dos direitos fundamentais e a eficácia das normas constitucionais. *RDE – Revista de Direito do Estado*, v. 4, p. 23-51, 2006.

SPERANDIO, Felipe Vollbrecht. Convenção de arbitragem. In: LEVY, Daniel; PEREIRA, Guilherme Setoguti J. (coord.). *Curso de arbitragem*. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2018..

STEINMETZ, Wilson. *A vinculação dos particulares a direitos fundamentais*. São Paulo: Malheiros, 2004.

TARUFFO, Michele. Precedente e jurisprudência. *Revista de Processo*, São Paulo, ano 36, v. 199, p. 139-155, set. 2011.

TARUFFO, Michele. Verità negoziata?. Traduzido para o português por Pedro Gomes de Queiroz. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/redp/article/download/21570/15573>. Acesso em: nov. 2019.

TRIGO, Alberto Lucas Albuquerque da Costa. *Promessa de não processar e de não postular: o pactum de non petendo* reinterpretado. Salvador: JusPodivm, 2020.

TUCCI, Rogério Lauria. *Negócio jurídico processual*. Enciclopédia Saraiva de Direito. São Paulo: Saraiva, 1977.

VIDAL, Gustavo Pane. *Convenção de arbitragem*. 2016. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

WAMBIER, Luiz Rodrigues. O modelo processual cooperativo e a flexibilização procedimental, p. 248. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/redp/article/view/31696/22430>. Acesso em: set. 2019.

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. Nulidades processuais – no direito em vigor, no direito projetado e na obra de Galeno Lacerda. *Revista de Processo*, São Paulo, ano 38, v. 226, p. 183-191, dez. 2013.

WOLKART, Erik Navarro. Novo Código de Processo Civil x sistema processual civil de nulidades. Xequê-mate?. *Revista de Processo*, São Paulo, ano 40, v. 250, p. 35-60, maio 2016.

YARSHELL, Flávio Luiz. Convenção das partes em matéria processual: rumo a uma nova era?. In: CABRAL, Antonio do Passo; NOGUEIRA, Pedro Henrique Pedrosa (coord.). *Negócios processuais*. Salvador: JusPodium, 2015. v. 1.